

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.784 - SP (2019/0293463-1)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**
ADVOGADO : **LUIS ROBERTO MOREIRA FILHO - SP138682**
AGRAVANTE : **PHOENIX TUBE COMPONENTES PARA REFRIGERACAO EIRELI**
ADVOGADOS : **MARCIO NAPOLEONE CHUERI GURGEL - SP220018**
 : **JOSE LUIS TORDIN - SP146066**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto por WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - Ação de resolução contratual cumulada com pedido de repetição de indébito, multa compensatória e indenização por perdas e danos - Contrato de fornecimento de gases industriais - Preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa rejeitada - Alegação da autora de que houve falha na prestação dos serviços, em razão da parcial entrega dos produtos solicitados - Notificação extrajudicial. Solicitação dos produtos com três dias de antecedência e mesmo assim não havia a entrega no prazo programado, o que acarretou prejuízos financeiros. Fornecedora dos produtos que não remediou a falha da prestação dos serviços no prazo de trinta dias. Rescisão contratual operada por culpa da ré - Cláusula penal em valor que ultrapassa um milhão de reais. Aptidão para ensejar enriquecimento sem causa. Redução do valor da multa em atenção aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Inteligência do artigo 413, do Código Civil - Sentença reformada em parte. Sucumbência recíproca, com rateio das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, devido por cada parte ao patrono da parte adverso - Recurso parcialmente provido.

Nas razões do especial, alega-se violação dos arts. 369 e 373, II, do Código de Processo Civil.

Decido.

2. A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, a Corte *a quo* consigna a inexistência de cerceamento do direito de defesa da recorrente com o julgamento antecipado da lide, uma vez que os elementos colacionados aos autos estavam aptos a formar a convicção do magistrado.

De fato, não configura cerceamento de defesa, o julgamento antecipado da lide sem a produção de **prova oral requerida**, quando o Tribunal de origem entender que o feito foi corretamente instruído, declarando a existência de provas suficientes para a formação

do seu livre convencimento motivado.

Rever os fundamentos que levaram a tal conclusão, demandaria o exame do conjunto probatório, o que é vedado na instância especial, segundo dispõe a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. DESNECESSIDADE. REDUÇÃO. VERBA HONORÁRIA. INCABIMENTO. APLICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Quanto a necessidade de produção da prova testemunhal tem-se que a pretensão recursal se mostra inviável, visto que, "em regra, conforme iterativa jurisprudência desta Corte Superior, como o juiz é o destinatário da prova - cabendo-lhe, por força do art. 130 do Código de Processo Civil, indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias -, para se chegar à conclusão de que a produção da prova requerida pela parte é relevante para a solução da controvérsia, é necessário o reexame de todos os elementos fáticos, a atrair a incidência do óbice intransponível imposto pela Súmula 7/STJ" (REsp n. 1.345.326/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 8/5/2014).

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 733.186/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 25/02/2016)

2.1 Além disso, o Tribunal Estadual destaca que a ré, ora recorrente, não comprovou que regularizou o fornecimento de nitrogênio, entregue à parte adversa quantidade de gás solicitada. Registra que "(...) Logo, a apelante não se desincumbiu do ônus que lhe competia, pois não comprovou fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da autora, a teor do disposto no artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil. Ademais, ainda que comprovada a entrega dos produtos dentro da programação inicial estipulada no contrato, estaria configurada a falha na prestação dos serviços, porque a ré tinha a obrigação de entregar a quantidade de produto solicitada pela compradora, ou justificar idoneamente a impossibilidade do seu cumprimento, contra notificando a autora, se o caso. Portanto, a hipótese dos autos se amolda ao teor da cláusula nº 8.1. "c", sendo, de rigor a declaração da rescisão contratual por culpa da ré, que falhou na prestação dos serviços e não remediou a falha no prazo de trinta dias após sua notificação extrajudicial." (fl. 1213)

Sendo assim, destaco desde logo a inexistência de contradição intrínseca no acórdão entre a ausência de comprovação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da autora, *ex vi* do art. 373 do CPC/73, na medida em que a prova oral requerida e não autorizada pelo juízo de piso, a toda evidência não se prestaria a comprovar que a ré, ao contrário do consignado pelas instâncias ordinárias, não incorreu em falha na prestação de

serviço. De fato, a prova oral não seria hábil a demonstrar que a ré se cumpriu com sua obrigação de entregar a quantidade de produto solicitada pela compradora, ou justificar idoneamente a impossibilidade do seu cumprimento, contra notificando a autora.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. POSSIBILIDADE. DÉBITO. COMPROVAÇÃO. DOCUMENTOS HÁBEIS. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Sendo o nosso sistema processual civil orientado pelo princípio do livre convencimento motivado, ao magistrado é permitido formar a sua convicção em qualquer elemento de prova disponível nos autos bastando para tanto que indique na decisão os motivos que lhe formaram o convencimento, de forma que a intervenção desta Corte quanto a tal valoração encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

3. Não há cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide que, de forma fundamentada, revolve a causa sem a produção da prova oral requerida pela parte em virtude da suficiência dos documentos dos autos.

4. A prova hábil a instruir a ação monitória deve demonstrar a existência da obrigação através de documento escrito e suficiente que permita o juízo de probabilidade do direito afirmado pelo autor. Precedentes.

5. Rever o entendimento do tribunal de origem, para aferir que os documentos juntados aos autos são suficientes para a instrução da ação monitória, demandaria a incursão nas circunstâncias fático-probatórias dos autos, o que é inviável em recurso especial diante do óbice da Súmula nº 7/STJ.

6. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1188742/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018) - g.n.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÃO AFASTADA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. INDEFERIMENTO DE PROVA ORAL INCAPAZ DE PROVAR O NEXO DE CAUSALIDADE APONTADO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. MANUTENÇÃO DO JULGADO PELOS SEUS PRÓPRIOS TERMOS. AGRAVO

REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não sendo a linha argumentativa apresentada pelo agravante capaz de evidenciar a inadequação dos óbices invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgamento impugnado, devendo ser ele integralmente mantido pelos seus próprios fundamentos.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1470603/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 05/12/2014) - g.n.

2.2 Registre-se, por oportuno, que o Superior Tribunal de Justiça já assentou ser o magistrado o destinatário das provas, cabendo a ele a decisão sobre o julgamento antecipado da lide, se entender que o feito já se encontra suficientemente instruído.

Hão de ser levados em consideração o princípio da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz, que, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil/73, permitem ao julgador determinar as provas que entende necessárias à instrução do processo, bem como o indeferimento daquelas que considerar inúteis ou protelatórias, como é o presente caso.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE FALÊNCIA. COMPETÊNCIA. ABSOLUTA. MANEJO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DO PROCESSO PRINCIPAL. DESNECESSIDADE. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

PROCESSAMENTO DA FALÊNCIA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. cerceamento de defesa. APURAÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

1. *Omissis.*

2. *Omissis.*

3. *Omissis.*

4. A avaliação da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide demanda o reexame fático-probatório dos autos, soberanamente delineado pelas instâncias ordinárias.

5. O magistrado é o destinatário da prova, cabendo a ele decidir acerca dos elementos necessários à formação do próprio convencimento.

6. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1162469/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2012, DJe 09/05/2012)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo interposto por WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias

Superior Tribunal de Justiça

de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator